

1.

Introdução: navegando num mar agitado pelos ventos.

O conceito de prudência possui centralidade nos escritos políticos e históricos de Maquiavel e Guicciardini, sendo empregado para qualificar o bom juízo, a celeridade decisória e a aguçada capacidade de avaliar as transformações e sutilezas da realidade – ou coisas do mundo, como diziam os florentinos do século XVI. Atentos à dinâmica entre *diversidades substanciais*, aspectos estáveis ou recorrentes das coisas humanas em tempos diversos, e *acidentes*, eventos fortuitos e casuais associados à Providência ou à *Fortuna*, os prudentes, além de reunirem em si as qualidades citadas, devem ser capazes de articular os produtos do cálculo cuidadoso da realidade na forma de textos ou orações de retórica deliberativa e/ou epidítica, regrados segundo preceitos definidos em tratados como a *Retórica a Herênio*, os textos ciceronianos *De Inventione* e *De Oratore*, além da *Institutio Oratoria* de Quintiliano.

Não existe prudência sem reconhecimento público: apenas os homens reputados dignos e honestos por seus pares podem almejar glória e distinção. Para que a reputação de prudente seja alcançada faz-se necessário dominar as várias convenções ético-retóricas prescritas para o tratamento hierárquico entre iguais, superiores e inferiores. Um homem incapaz de se expressar eloqüentemente em cerimônias públicas ou instâncias deliberativas de uma República; inábil na forma de tratar o príncipe ou *condottiero* de um regime *stretto*; inepto na composição de histórias e tratados segundo o decoro letrado (regras de conveniência previstas e aguardadas por leitores e ouvintes); um homem sem qualidades visíveis e bem definidas jamais será apontado como prudente, mesmo que demonstre impressionante argúcia analítica (isoladamente, ela passaria despercebida).

Abrem-se, assim, dois horizontes distintos, porém mutuamente dependentes, em torno da tópica da prudência. De um lado, a ênfase no *cálculo e medida* das coisas do mundo, com destaque para a questão dos efeitos, ou seja, os possíveis resultados das ações dos governantes e demais agentes envolvidos nos processos de tomada de decisões em Repúblicas, principados, reinos ou estados papais. De outro, a representação de uma *performance letrada* da prudência em textos compostos segundo preceitos ético-retóricos-poéticos definidos e examinados

pelas autoridades antigas e humanistas: dramatizações (nos diálogos, e parcialmente nas histórias) de processos orais de deliberação pública – caso do *Dialogo de Reggimento di Firenze* de Guicciardini, da *Arte da Guerra* e da *Vita di Castruccio Castracani* de Maquiavel, e das obras históricas compostas por ambos –, ou exposições de argumentos na forma de tratados, comentários ou máximas, como *O Príncipe* e os *Discorsi*, redigidos pelo secretário, e o *Discorso di Logrogno*, as *Considerazioni* e os *Ricordi* de Guicciardini. Estas duas dimensões são indissociáveis; porém, para efeito analítico, será preciso muitas vezes tratá-las isoladamente, sem perder de vista sua articulação necessária.

O conhecimento prudencial assenta-se em critérios de uma racionalidade não-cartesiana, onde a experiência e o poder da tradição são enormemente valorizados, e a palavra das autoridades – sejam elas as Escrituras, livros de cabala, os astros (cujas vozes se revelam nos mapas astrológicos) ou autores venerados da Antiguidade, como Aristóteles, Cícero, Sêneca, Quintiliano, Salústio, Tito Lívio, Lucrecio, Tácito, entre muitos outros – possui o poder de Lei, mesmo para aqueles reverenciados pela posteridade como inovadores em certos campos, casos de Maquiavel e Guicciardini. A prudência consiste, nesse sentido, no dispositivo responsável por flexibilizar de algum modo essas Leis, interpretando-as segundo os princípios da contingência, da necessidade e da “qualidade dos tempos”; ela permite a delimitação de regras provisórias de validação, estabelecidas segundo o critério da probabilidade e articuladas analogicamente, mostrando-se capaz, assim, de lançar alguma luz sobre a realidade sempre cambiante.

Em analogia recorrente, a prudência é vista como o leme que permite a navegação com alguma segurança em mares incertos. O timoneiro competente é precisamente aquele capacitado a agir segundo o *bom juízo*; a tomar *decisões adequadas* após analisar e interpretar devidamente os movimentos das “coisas do mundo”; a *agir no tempo certo*, prevendo com alguma segurança, através do exame da situação presente em comparação com momentos passados – isto pela experiência no trato público e pela leitura atenta das histórias antigas e modernas –, os movimentos imediatos e futuros dos agentes políticos; a reconhecer os *limites de toda ação*, atendo-se exclusivamente ao que é possível realizar; finalmente, a garantir, com um mínimo de segurança, a *consecução dos fins*

últimos desejados e adequados à saúde da *res publica* – fins honestos, como argumentarei.

No primeiro capítulo, procuro situar a produção letrada de Maquiavel e Guicciardini em relação a um corpo de idéias comuns aos florentinos do século XVI acerca da cosmologia, teoria dos humores, experiência do tempo e natureza humana – aspectos de um sistema de representações coletivas distinto do moderno. Ênfase, nesse sentido, o tratamento de questões como: a singularidade de uma forma de experiência temporal irreduzível a metáforas geométricas como “tempo circular” ou “tempo linear”; a associação entre a idéia de “diversidades substanciais” e os princípios de estabilidade da natureza humana e recorrência circular-assimétrica de padrões gerais, como costumes e formas de governo; a teoria hipocrático-galênica dos humores, aplicada ao exame do corpo político; a centralidade do princípio da analogia para o cálculo prudencial e urdidura de juízos fundamentados no recurso à experiência e às “histórias antigas e modernas”, entre outros aspectos.

Desnecessário dizer que não se trata de uma dedução do “particular dos textos” do “geral da cultura” – o texto não é pensado como entidade alheia às práticas culturais, tampouco a cultura é concebida estaticamente, como se fosse sempre igual a si mesma –, mas da tentativa de compreender alguns mecanismos de circulação e “negociação” de “energia social” nos textos políticos e históricos de Maquiavel e Guicciardini, o que implica, entre outras coisas, partir das seguintes premissas, elencadas por Stephen Greenblatt em *Shakespearean Negotiations*:

“1. Não pode haver apelo à idéia de gênio como origem das energias da grande arte.

2. Não pode haver criação sem motivo.

3. Não pode haver representação transcendente, atemporal ou imutável.

4. Não pode haver artefatos autônomos.

5. Não pode haver expressão sem uma origem e um objeto, um *de* e um *para*.

6. Não pode haver arte sem energia social

7. Não pode haver geração espontânea de energia social”.¹

¹ GREENBLATT, Stephen. *Shakespearean Negotiations*, p.12.

Como argumenta Greenblatt, a “energia social”² circula no contínuo comércio simbólico de valores culturais. Ao analisar o conceito de prudência em Maquiavel e Guicciardini procuro destrinchar diversos fios, elementos peculiares aos seus escritos que não dizem respeito a “visões de mundo” rigidamente conformadas, mas a processos dinâmicos onde interagem práticas ético-retóricas e valores culturais arraigados entre os florentinos acerca do tempo, do cosmo, do corpo humano e político e da natureza de homens e cidades, não só compartilhados em determinado “contexto intelectual” como também suscetíveis a “negociações” de toda espécie: releituras, adequações, interpretações, etc. Como pretendo mostrar, as apropriações das mais diversas referências clássicas e humanistas, assim como as maneiras particulares com que Maquiavel e Guicciardini lidavam com muitas das concepções circulantes entre os florentinos do *Cinquecento* sobre o homem, o tempo e a natureza – especialmente a relação entre diversidades substanciais e acidentes –, alicerçam uma redefinição³ do conceito de prudência calcada tanto na valorização da argúcia do olhar para a dinâmica complexa das coisas do mundo quanto no deslocamento da prudência do quadro convencional das virtudes cardeais, especialmente no que diz respeito à sua subsunção à justiça – sem que por isso ela deixe de ser considerada uma virtude.

Em seguida, após analisar brevemente o princípio da analogia como modo particular de inferência do juízo prudencial – compreendida como disposição calculadora da “alma racional”, para falar como Aristóteles, a prudência opera com dados contingentes da realidade, mobilizando-os analogicamente numa busca incessante de semelhanças entre elementos díspares do mundo –, discuto algumas dentre as mais importantes tradições interpretativas sobre a prudência, com destaque para a filosofia prática aristotélica, para a discussão da indissociabilidade entre prudência e retórica em Cícero, para o tratamento tomista e para as reflexões dos humanistas Matteo Palmieri e Giovanni Pontano sobre a questão. A maneira

² Cf. Idem. Ibid., p.6. “We identify *energia* only indirectly, by its effects: it is manifested in the capacity of certain verbal, aural, and visual traces to produce, shape, and organize collective physical and mental experiences”.

³ O emprego da palavra “redefinição” não deve se confundir com uma intencionalidade transformadora. Tal redefinição corresponde a movimentos sutis, e pode ser pensada como uma reconfiguração do conceito de prudência, ou como uma série de *ajustes* conceituais efetuados na própria mobilização e emprego da categoria em ocasiões específicas, sem que gerem, contudo, movimentos teóricos de ruptura com reflexões de autoridades como Aristóteles e Cícero acerca da *phronesis* ou da *prudencia*.

com que Maquiavel e Guicciardini concebiam a prudência é ao mesmo tempo devedora de aspectos significativos dessas reflexões, especialmente a aristotélica, e inovadora em sua ênfase no exame dos efeitos das ações e na antecipação das possíveis deliberações dos agentes envolvidos nos processos decisórios de Repúblicas, principados, monarquias e estados papais. Não que estes elementos da prudência fossem estranhos aos tratadistas gregos e latinos; a redefinição do conceito não constitui, nesse sentido, uma ruptura com as práticas ético-retóricas antigas e humanistas. Por meio da análise da mobilização, nos textos políticos e históricos de Maquiavel e Guicciardini, de certos lugares-comuns da retórica deliberativa – como as tópicas da *honestidade*, da *utilidade*, da *segurança* e da *necessidade* –, argumento que a ênfase do secretário na *verità effettuale della cosa* não representa, como defende John Najemy, uma “intenção de estabelecer um discurso da política independente da retórica e da eloquência”.⁴ Tampouco compartilho da posição de Athanasios Moulakis de que as recorrentes assertivas do personagem Bernardo del Nero no *Dialogo del Reggimento di Firenze* de Guicciardini, prescrevendo a atinência do analista político aos “efeitos” e à “natureza das coisas”, no lugar da investigação de “um *governo immaginato*, que seja mais fácil de aparecer nos livros que na prática”,⁵ sejam indícios de um “constitucionalismo realista *avant le mot*”, efetiva ruptura com o “republicanismo clássico” decorrente da descaracterização do *vir bonus dicendi peritus*.⁶ Defendo, em concordância com Victoria Kahn, que Maquiavel – assim como Guicciardini, acrescentaria – “não suplanta a retórica com uma visão mais realista da política; ao contrário, faz a política mais profundamente retórica do que havia sido até então”.⁷ Nesse sentido, a reconfiguração do conceito de prudência corresponderia a uma mudança de foco analítico cujo sentido fundamental seria não o de operar

⁴ NAJEMY, John. “Language and The Prince”, p.91. “[...] *The Prince* announces its intention to establish a discourse of politics independent of rhetoric and eloquence”.

⁵ GUICCIARDINI, Francesco. *Dialogo del Reggimento di Firenze*, p.60.

⁶ MOULAKIS, Athanasios. *Republican Realism in Renaissance Florence*, p.22. “Realist constitutionalism is used here to describe this innovating complex of ideas; a constitutionalism *avant le mot* [...]. What at first sight appears as a revival of classical republicanism is in fact a departure from it, as well as a departure from medieval ecumenic order. The exemplary statesman is not Cicero’s ideal of the *vir bonus dicendi peritus*, ‘the good man expert in speech’. He is instead the *savvio*, the prudent man, capable of shrewd and reasoned, informed by a worldly experience normally associated with high social standing”.

⁷ KAHN, Victoria. *Machiavellian Rhetoric*, p. 8. “[...] I argue that Machiavelli does not supplant rhetoric with a more realistic view of politics but rather makes politics more deeply rhetorical than it had been in the earlier humanist tradition”.

uma crítica destrutiva do humanismo, e sim a tentativa de aperfeiçoar seus mecanismos cognitivos segundo o critério da adaptação às condições dos tempos.

Como percebe Alcir Pécora, “o exame de procedimentos previstos e aplicados pelas convenções letradas”⁸ estabelecidas nos tratados antigos de retórica – como mobilização de lugares-comuns, medidas dispositivas e figuras da elocução – torna possível demarcar “determinações convencionais e históricas constitutivas dos sentidos verossímeis”⁹ de textos complexos, anteriores ao período Romântico. Defendo que o exame da mobilização de certos lugares-comuns da retórica deliberativa e epidítica permite a delimitação de um certo *caráter convencional* dos escritos de Maquiavel e Guicciardini, condição essencial para que se possa estabelecer, segundo o critério do verossímil histórico, traços de tensões com as tradições clássica e humanista, pensados não como produtos de rupturas intencionais, e sim como resultados da convergência de diversos debates e referências cidadinas.

Pode-se citar, nesse sentido, a retórica típica das *pratiche*, reuniões dos florentinos ilustres para aconselhamento das magistraturas da República¹⁰ que foram registradas por redatores oficiais, um dos quais Maquiavel, entre 1498 e 1512; pode-se perceber, nos discursos dos oradores, tanto uma ênfase nas tópicas tradicionais da retórica deliberativa, como a honestidade, a utilidade, a segurança e a necessidade, quanto a valorização do critério dos “efeitos” – ou seja, a tentativa de antecipar as possíveis deliberações e ações dos agentes envolvidos nos diversos processos decisórios atrelados à vida política. Também as chancelarias e magistraturas da República possuíam formas particulares de debate não muito vinculadas ao tratamento humanista acerca do bom governo e da concórdia; trata-se do que Maurizio Viroli denominou “arte do estado” – conjunto de preceitos empíricos associados à condução da *res publica* ou de um *stato principesco*, os quais visavam à manutenção e ampliação dos seus domínios.¹¹

A maneira com que Maquiavel e Guicciardini compreendem os fenômenos políticos é em grande medida devedora desses debates, sem estar diretamente subsumida a eles. O que há de específico nesta forma de abordagem das “coisas do mundo” – e ao mesmo tempo constitui o elemento-chave para as significativas

⁸ PÉCORA, Alcir. *Máquina de Gêneros*, p.12.

⁹ Idem. *Ibid.*, p.11.

¹⁰ Cf. GILBERT, Felix. *Machiavelli and Guicciardini*, p.29.

divergências existentes entre os dois acerca de questões como a imitação dos romanos, a concórdia e as possibilidades de reabilitação da antiga *virtus* – é a singularidade que a categoria de prudência adquire nos escritos políticos e históricos de Maquiavel e Guicciardini. Não se trata mais da *phronesis* aristotélica ou da *prudencia* de Cícero e dos humanistas, e sim de uma *prudenzia* distanciada do quadro das virtudes cardeais e dos imperativos éticos que a atrelavam à justiça e às demais virtudes morais. Nesse sentido, a redefinição da prudência está diretamente associada às mudanças no tratamento da *virtù* – em Maquiavel pela vinculação do conceito ao critério da necessidade; em Guicciardini como efeito da pouca importância atribuída à *virtù*, como notam, respectivamente, Quentin Skinner e John Pocock.¹²

Concebida como disposição calculativa retoricamente vinculada ao decoro letrado dos gêneros discursivos e à produção de efeitos persuasivos – o que, se não chega a constituir novidade, diferencia-se de reflexões como a aristotélica e a ciceroniana pela forma peculiar com que tal articulação é proposta e consumada –, a prudência adquire um novo estatuto, por estar no cerne de um olhar para os fenômenos políticos calcado na valorização do exame das minúcias da realidade, das condições dos tempos e das mudanças da *Fortuna*; em suma, um olhar mais atento à dinâmica das coisas do mundo que a possíveis deontologias. Nesse sentido, argumento que a ênfase atribuída por Maquiavel e Guicciardini à efetividade analítica não opera uma separação entre retórica e política; ao contrário, a idéia de *verità effettuale*, compartilhada por ambos, realça tanto a importância do cálculo cuidadoso da dinâmica da realidade como da produção, pelo orador e pelo homem de letras, de efeitos persuasivos sem os quais o ajuizamento, ele próprio condicionado por preceitos ético-retóricos convencionais, não será reconhecido como prudente. Daí ser possível atestar uma indissociabilidade entre retórica, prudência e decoro letrado, cuja unidade conforma uma efetiva *retórica prudencial*: somente um discurso copioso tanto em suas figuras e ornato quanto no conhecimento da matéria (*rerum cognitione*) pode ser capaz de produzir bons efeitos, incitando os ouvintes ou leitores à ação. Discurso copioso que é o produto do engenho de homens prudentes,

¹¹ Cf. VIROLI, Maurizio. *From politics to reason of state*, p. 180.

simultaneamente dedicados à *vita negotiosa* e às práticas letradas – ou, no caso de Maquiavel e Guicciardini, forçosamente apartados da *vita negotiosa*. Daí a discussão, no segundo capítulo, do lento e descontínuo processo de formação de uma representação letrada – a imagem de homem de letras (*litterati*) –, nos escritos *post res perditas* de ambos.

Tanto Maquiavel quanto Guicciardini construíram importantes trajetórias públicas, atuando como agentes da vida florentina e italiana nos primeiros decênios do *Cinquecento*. Maquiavel foi segundo chanceler da República e secretário dos Dez entre 1498 e 1512, quando precisou abandonar seus cargos e a cidade por força do retorno dos Medici. Guicciardini iniciou sua atuação pouco antes da queda da República, como embaixador florentino junto à corte de Fernando de Aragão, rei de Espanha, tendo servido aos Medici como governador de importantes províncias e lugar-tenente papal até 1527, ano do saque de Roma e prisão do papa Clemente VII, seu protetor. Embora tenham ocasionalmente se dedicado à escrita em momentos de *otium inter negotium*, em conformidade com a noção ciceroniana de “ócio com dignidade” – pode-se mencionar os versos maquiavelianos da primeira *Decenal* (elaborada entre 1504 e 1506), além de opúsculos diversos redigidos pelo secretário durante missões oficiais, e no caso de Guicciardini importantes registros como o *Discorso di Logrognò* (1512), o *Dialogo del Reggimento di Firenze* (1521-1524), as primeiras versões do *Ricordi*, além de alguns textos inacabados, sem contar as juvenis *Storie Fiorentine*, compostas antes de 1512 –, a situação de exílio forçado e afastamento compulsório dos negócios públicos foi decisiva para que viessem a conceber para si mesmos um lugar como homem de letras, se não tão digno e glorioso em comparação com a participação ativa na condução dos assuntos cidadãos, certamente não destituído de importância.

Argumento que a construção de tal representação letrada – que jamais chega a se afirmar plenamente como um entendimento estável acerca da relação entre ócio e negócio, destituído de tensões e ambigüidades –, permite a Maquiavel e Guicciardini se manterem atrelados às discussões políticas de seu tempo de modo honroso, isto porque na composição de tratados, comentários, diálogos, vidas e

¹² SKINNER, Quentin. *Maquiavel*, p. 65; POCOCK, John. *The Machiavellian Moment*, p. 238. “There could be no clear statement of Guicciardini’s refusal to enter into that world of *virtù* that so fascinated Machiavelli”.

histórias, subgêneros da retórica deliberativa e epidítica, eles apresentam o produto de cálculo cuidadoso e medido das coisas do mundo – com base nos critérios da experiência, da leitura atenta das histórias, da *ragione* e da *discrezione* –, segundo preceitos ético-retóricos que não apenas “enformam” o que será dito, mas que efetivamente participam de todos os momentos do cálculo prudencial. Nesse sentido, as produções letradas de Maquiavel e Guicciardini podem ser compreendidas como *performances prudenciais do bom juízo*, cuja utilidade pública, condição decisiva para o reconhecimento da prudência de tais escritos, se revela de várias formas: na exposição do percurso de um *ragionamento*, pela dramatização do diálogo entre homens reputados prudentes; pelo tratamento sistemático de uma matéria visando o aconselhamento; pelo comentário de *auctores* da Antiguidade ou mesmo de obras contemporâneas; finalmente pela delimitação de lições prudenciais a partir da memória dos acontecimentos (*memoria rerum gestarum*) – através do registro das histórias antigas e modernas ou do acúmulo de experiência –, regrada como *ars historica*.

O terceiro capítulo privilegia exatamente a análise da *ars historica* de Maquiavel e Guicciardini. Por *ars historica*, ou simplesmente história, entenda-se um tipo de relato regrado segundo os preceitos associados aos gêneros retóricos epidítico e deliberativo, definidos no livro II do diálogo ciceroniano *De Oratore* e retomados por tratadistas como Bartolommeo della Fonte, Giovanni Pontano e Paolo Cortesi no século XV. Os usos que faço do vocábulo “história” não devem se confundir em momento algum com seu sentido moderno – a história como singular coletivo, evento e representação de si mesma.¹³ Trata-se, ao contrário, de uma *concepção retórica do relato histórico*, cujas duas finalidades básicas seriam a de deleitar a audiência ou os leitores – produzindo efeitos de presença por meio de narrativa copiosa em figuras e idéias, breve, ritmada e repleta de discursos diretos *in utramque partem*, representações letradas do debate na *res publica* – e de movê-los à ação, o que poderia ser obtido através da amplificação de virtudes e vícios, conformando modelos para a imitação ou para o repúdio. Nesse sentido, se a história, entre os humanistas, era concebida como uma forma de arte da prudência – arte no sentido de uma técnica, *tekhnè* –, monumento cívico de afirmação pública da concórdia e da liberdade, em Maquiavel e Guicciardini ela

13 Cf. KOSELLECK, Reinhart. “Historia Magistra Vitae”. In: *Futuro Passado*, pp. 47-60.

também será um tipo de arte da prudência, com outros contornos, porém: a história deixa de possuir um caráter monumental e adquire – ou recupera, segundo o critério maquiaveliano do verdadeiro conhecimento das histórias, ou seja, da leitura diligente das histórias antigas com vistas à modelagem de ações imitativas no presente – um aspecto de evento. Nesse sentido, as *Istorie Fiorentine* e a *Storia d'Italia* mais ensinam a ajuizar que propriamente oferecem lições generalizantes de conduta; embora máximas, sentenças e lugares-comuns circulem livremente nestes textos, eles atuam como alicerces dos ajuizamentos sobre as particularidades das coisas do mundo, e não como extratos universais de validade indistinta, aplicáveis nas mais diversas circunstâncias. Elas ensinam a navegar “num mar agitado pelos ventos”, indicam os modos e condutas que o timoneiro deve seguir, traçam percursos possíveis; porém, não são capazes de oferecer segurança no trajeto, sempre suscetível às mais diversas variações e contingências. Assim, embora seja o fio condutor das *Istorie Fiorentine* de Maquiavel e da *Storia d'Italia* de Guicciardini, a prudência é nelas apresentada e tematizada em seus limites, por oferecer como lição não um estável produto final do bom juízo, mas o incerto e efêmero percurso do seu próprio *ragionamento*.